

# Educar, Cuidar y Nutrir: Diseño y promoción de sistemas alimentarios resilientes

Ms. Lucas Furio Melara <sup>(\*)</sup>

---

**Resumen:** Este texto presenta un proyecto de Diseño Editorial que parte de un enfoque sistémico para promover sistemas alimentarios resilientes, en línea con la lucha contra la desnutrición infantil. El proyecto reconoce el concepto de Sindemia Global, que asocia la desnutrición, el clima y otras pandemias al compartir factores desencadenantes y de solución. El proyecto editorial utiliza la memoria oral, la fotografía, la cianotipia y la monotipia con el fin de generar conciencia sobre la alimentación de base orgánica y agroecológica. El proyecto tiene como objetivo sensibilizar al sistema educativo de São Paulo sobre la nutrición escolar orgánica y agroecológica, beneficiando a 3.200 escuelas públicas y alineándose con los Objetivos de Desarrollo Sostenible de la ONU.

**Palabras clave:** Cultura; Diseño Sistémico; Diseño Social; Proximidad; Territorio

[Resúmenes en inglés y portugués en la página 33 y 34]

---

<sup>(\*)</sup> Actúa en las áreas de Diseño y sus relaciones con la Cultura y la Sustentabilidad; Magister en Diseño FAAC/UNESP Bauru, con investigación titulada "El diseñador como agente de transformación social", dirigido por la Dra. Mônica Moura, para la línea de Planeamiento de Producto. Es parte del Grupo de Investigación en Diseño Contemporáneo: Sistemas, objetos, cultura, es colaborador del Laboratorio de Diseño Solidario - LabSol, coordinado por las Dras. Adriana Yumi Sato Duarte y Ana Beatriz Pereira de Andrade

## Introdução

O texto investiga sobre projetos de Design e cultura e o desenvolvimento de territórios criativos, que podem contribuir para o combate à sindemia global (The Lancet, 2019) e promover o conceito de Proximidade Habitável (Manzini, 2024). Nesse contexto, a Proximidade Habitável surge como uma proposta em que comunidades intencionais,

formadas por indivíduos autônomos, se organizam para promover uma democracia baseada em projetos.

A relação entre Design e cultura é avaliada neste processo, desde a promoção de hábitos e valores, ao nível de identificação de métodos e processos para produtos e projetos sustentáveis que possuem a natureza relacionada ao desenvolvimento de territórios criativos. Para avaliar o papel dos projetos de Design e cultura no alcance da Proximidade Habitável, os territórios criativos apresentam cenários possíveis para essa discussão.

No contexto contemporâneo, faz-se necessário compreender o conceito da sindemia global, a fim de analisar de modo sistêmico a questão das crises múltiplas. Este conceito pautado pelo relatório comissionado pela The Lancet, aponta o fenômeno de duas ou mais pandemias acontecendo de modo simultâneo. Deste modo, dividem fatores de causa e deflagração, mas também dividem soluções. É uma forma sistêmica de abordar as crises múltiplas presentes no século 21, em que problemas como o desmatamento, o abastecimento de alimentos, o aquecimento global, a pobreza, subnutrição, obesidade e violências, previstos pela Agenda 2030 da ONU (2015), se enlaçam.

Na sindemia, enquanto alguns fatores contribuem diretamente para a questão do clima, por meio da produção de gases como metano e carbônico, outros também causam também o empobrecimento do solo, reduzem a qualidade e variedade dos alimentos e impactam a saúde, o clima, a economia e mais. A leitura inclusive relaciona a pandemia de Covid-19, ocorrida entre 2020 e 2022, com a pandemia climática, nomenclatura referência nessa abordagem, como também com a pandemia da desnutrição apresentada no relatório da revista.

Manzini (2023) elabora um ponto de chegada possível para a sustentabilidade, como resposta às crises múltiplas. Ao conceituar as comunidades intencionais, o autor apresenta um conjunto de sistemas compostos por indivíduos autônomos e emancipados, reunidos em seus territórios por livre iniciativa, dado os interesses e valores em comum, em condição de plena participação na democracia. A comunidade intencional é capaz de mudar as formas sociais da vida humana, diferente do cenário da sindemia. Esse formato traz a organização da comunidade pela ação dos indivíduos, o que exige uma nova organização social distribuída, constituída por sistemas orientados pelo localismo globalizado.

Já a priorização da comunidade possibilita uma democracia centrada em projetos, em que os indivíduos reunidos focam suas ações em benefício de seus territórios, considerando a democracia como uma cultura de valores sustentáveis, em que os aspectos ligados ao desenvolvimento do território são tratados como projetos de Design, fomentando as descontinuidades locais, ou seja, rupturas com os paradigmas dominantes. Sobre desenvolver o cenário desejado, Manzini também propõe ideias para a construção desse território.

Contudo, o autor reconhece que a concretização dessa visão requer forte ação política e, especialmente, profunda mudança cultural. Então, a cultura torna-se intimamente relacionada ao Design como aliada de grande importância na promoção dos preceitos da Proximidade Habitável, como meio de desenvolvimento de territórios orientados pela criatividade, em que o Design se faz presente no desenvolvimento de produtos, métodos e processos.

## 1.2 Estabelecendo diálogos entre Design e cultura

O Design contemporâneo pode ser compreendido como uma prática interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, que rompe as tradições modernas. As pesquisas nesse campo exploram a fluidez entre as fronteiras internas do design e sua interação com outras áreas, como arte, artesanato, medicina, engenharias, antropologia, economia e mais, enfatizando a transversalidade na elaboração de soluções atentas às necessidades contemporâneas (Moura et. al, 2021).

A relação entre Design e cultura, compreendendo sua influência no consumo e produção de bens e serviços, pode se dedicar a promover a transição de paradigmas dominantes para paradigmas emergentes, pela via da comunicação, popularização e sensibilização desses novos paradigmas como verdadeiros veículos de discontinuidades locais.

Na segunda via, a relação entre Design e cultura deve ser compreendida pela via da Economia Criativa. De acordo com a Secretária de Economia Criativa do Ministério da Cultura (MinC, 2011), essa é uma forma de sistematizar as atividades econômicas advindas das mais diversas manifestações culturais de um povo, e também da criatividade dos seres humanos. Assim, a Economia Criativa contempla as dinâmicas culturais, sociais e econômicas construídas a partir do ciclo de vida de produtos e sistemas de serviços advindos dos setores criativos, em que as atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo cuja dimensão simbólica é determinante do seu valor, resultando em produção de riqueza cultural, econômica e social.

As pautas do Design nessa via de diálogo com a cultura são tanto o entendimento da disciplina no universo do desenvolvimento de produtos, onde é possível considerar os produtos culturais dentro desse escopo, com capacidade de contribuir para a elaboração desses projetos com as ferramentas disponíveis pela produção da área. Contudo, a sistematização da Economia Criativa na proposta do Plano Brasil Criativo (MinC, 2011), sobre o desenvolvimento deste setor brasileiro, apresenta o Design tanto como uma macro-categoria, como também como atividade-fim.

A política de esfera federal que regulamenta esse setor é a Lei Rouanet, ou Lei Federal de Incentivo à Cultura, é uma ferramenta criada pelo Governo Federal com o objetivo de estimular a produção, preservação e difusão cultural. A lei criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura, que estabelece políticas públicas para a cultura nacional e tem como base o exercício dos direitos culturais e o livre acesso às fontes de cultura, com ênfase na promoção, proteção e valorização das expressões culturais nacionais.

De acordo com a lei, o recorte do Design se dá em três áreas principais de atuação. A primeira, enquanto disciplina independente, prevista na elaboração de produtos clássicos da área, como livros, trabalhos de experimentação gráfica e escultórica bidimensionais e tridimensionais no campo das artes visuais, bens móveis e imóveis e até a produção de jogos eletrônicos.

A segunda, na participação de equipes de produções essencialmente multidisciplinares, como exposições, festivais de arte, espetáculos de artes cênicas, de música e de folclore, e a produção de discos, vídeos, obras cinematográficas de curta e média metragem e filmes

documentais. Já a terceira, um pouco mais subjetiva, trata da contratação de serviços para elaboração de projetos culturais e também das ações não previstas nos incisos anteriores e consideradas relevantes pelo Ministro de Estado da Cultura.

### **1.3 O Design e a cultura no desenvolvimento de territórios criativos**

O Design se relaciona com a elaboração de projetos culturais ao apontar essa etapa como crucial no desenvolvimento de qualquer produto determinado acima. Essa atividade compreende a análise de diretrizes, riscos e fatores socioeconômicos preliminares, a delimitação de objetivos, metas e indicadores e também a compreensão sobre as necessidades da realização do projeto, onde é necessário prever os recursos humanos e materiais.

Considerando essas atividades como essenciais do Design, esse aspecto revela a valiosa contribuição da área, onde o Design dispõe de um leque de ferramentas, métodos e processos que permitem a elaboração de projetos que sejam sustentáveis e perenes em meio a contemporaneidade.

Mesmo que os projetos culturais, ainda no nível da elaboração, tenham características específicas pautadas pela lei, e as tipologias consideradas sejam distintas em termos de linguagem, universo e repertório, a visão sistêmica e processual do Design é de suma importância para um bom projeto.

Até então, os projetos se apresentavam centrados em produtos. Ao notar que o resultado da ação de políticas públicas associadas ao desenvolvimento de produtos culturais é capaz de criar, formalizar e emancipar territórios criativos sustentáveis, o desenvolvimento de territórios criativos se tornou em 2024 uma ação de grande importância.

Os territórios criativos podem transformar realidades, estimular o desenvolvimento econômico e revitalizar comunidades inteiras. De acordo com a Instrução Normativa N° 13<sup>1</sup>, este é o conceito central dos territórios criativos, áreas geográficas que promovem a inovação e a criatividade, gerando desenvolvimento social. Um território criativo é uma região que utiliza a criatividade como principal motor para o desenvolvimento local. Estes territórios são ambientes dinâmicos onde as fronteiras do Design se encontram difusas, criando valor econômico e social. São espaços que valorizam o talento local, estimulam o empreendedorismo e fortalecem a identidade cultural das comunidades.

Territórios onde as necessidades humanas são acessíveis em curtas distâncias incentiva a interação social, a diversidade de usos e a inovação, elementos essenciais para a criatividade e a cultura local. Esse modelo contribui com o desenvolvimento de territórios sustentáveis, inclusivos e culturalmente diversos. Sobre os conceitos, a conexão entre a proximidade e o território se dá em nível de diversidade, relações sociais, participação social, democracia, projetos, hibridismo e organização comunitária. De acordo com a legislação apresentada, os territórios criativos são desenvolvidos por uma sequência de projetos. Deste modo, a pesquisa se dedica a compreender o papel dos projetos de design e cultura nessa rede, bem como a propor boas práticas de trabalho em prol dos paradigmas emergentes.

## 2. Justificativa

Em 2020, a economia da cultura e das indústrias criativas (ECIC) no Brasil movimentou R\$230,14 bilhões, representando 3,11% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Além disso, em 2022, o setor gerou 308,7 mil novos postos de trabalho em comparação com 2021, totalizando 7,4 milhões de empregos formais e informais, o que corresponde a 7% do total de trabalhadores na economia brasileira. Esse panorama mostra o impacto gerado com o uso de 0,55% da renúncia fiscal total do governo federal, obtendo resultados mais expressivos que categorias tradicionais, comparando com os 25,25% concedidos para o comércio e serviços, 13,39% para a indústria e 13,92% para a agricultura. As informações revelam o potencial do setor, considerando que entre 2012 e 2020, o PIB da ECIC avançou 78%, enquanto a economia total do país cresceu 55%<sup>2</sup>.

Casos exitosos liderados pelo Design, no campo da cultura, refletem que a relação entre os dois campos, na elaboração de produtos e no desenvolvimento de territórios criativos contribui para a emancipação desses espaços, referindo-se assim às discontinuidades locais. O caso “Educar, Cuidar e Nutrir” aplica essa compreensão em duas instâncias. Inicialmente, o caso é avaliado em São Miguel Paulista, bairro da Zona Leste de São Paulo. Porém, sobre a característica do produto gerado, um livro fotográfico feito com o uso da memória oral, o caso se desdobra e comunica essa experiência local para toda a capital, pois apresenta a experiência de um Centro de Educação Infantil (CEI) ao aderir uma lei da cidade que torna obrigatória a aquisição de alimentos 100% orgânicos representada por um instrutivo.

Ao observar presencialmente o caso, notou-se a Proximidade Habitável em funcionamento. Um sistema alternativo local criado a fim de enfrentar, entre 2020 e 2023, o grave problema da fome e do abastecimento, em que agricultoras eram obrigadas a descartar alimentos preciosos, enquanto as famílias passavam dias sem ter o que comer. Essa articulação foi mapeada e identificada, unindo família, escola, comunidade, produtores e crianças, instrumentalizada por um projeto de Design e cultura, que se tornou um instrumento que guia a transição de ao menos 3.000 centros de educação infantil para essa realidade possível. Com o objetivo de conscientizar escolas e autoridades sobre a importância da alimentação orgânica, as crianças do projeto, com idades entre 2 e 6 anos, foram convidadas para diversos exercícios de experimentações gráficas, como fotografias, gravuras, monotipias botânicas e ilustrações. A metodologia também contemplou a gravação de vídeos e entrevistas para a criação de um memorial afetivo que relata a transformação promovida no bairro de São Miguel Paulista. O projeto, concorreu ao prêmio Brasil Criativo, arrecadou mais de R\$400.000,00 utilizados na impressão e distribuição de 3.600 exemplares. 14 residências foram envolvidas diretamente, 18 instituições estão articuladas como parceiras, 4 empresas foram envolvidas e 24 profissionais da economia criativa trabalharam no projeto. 3.200 escolas foram impactadas pela ação. O livro foi convidado para lançamento na Bienal do Livro de São Paulo.

A alimentação é um tópico que deve ser amplamente discutido e apropriado pela sociedade. No mundo contemporâneo, onde o tempo se faz cada vez mais escasso e os burnouts cada vez mais presentes, soluções que aparentam ser fáceis e rápidas para

necessidades básicas, como a alimentação, se apresentam como opções ultra processadas que contribuem de maneira sistêmica para a sindemia global, seja na catástrofe climática, como também refletidas na saúde e nutrição dos indivíduos, tanto pela obesidade crítica de grupos populacionais, como também na subnutrição e seus casos de magreza extrema. Estes, que parecem contrapontos, e que em alguns casos nos remetem à disparidade econômica, relatam a mesma doença e dividem causa: a desnutrição causada pela falta de alimentos verdadeiramente nutritivos.

De acordo com o relatório O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo, desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Brasil, que é um dos países mais populosos do mundo e com uma das maiores economias, enfrenta desafios persistentes em relação à fome e à desnutrição, sendo um dos principais problemas a falta de acesso a alimentos adequados. E os números são assustadores. Aproximadamente 10% da população total do país (21,1 milhões de pessoas) vivem atualmente em situação de vulnerabilidade alimentar, demarcando um aumento de 500% no mesmo índice desde 2016. Além da vulnerabilidade alimentar, cerca de 70,3 milhões de brasileiras e brasileiros encontram-se em algum grau de insegurança alimentar, caracterizada como moderada ou severa.

Os sistemas alimentares são hipercomplexos. A insegurança alimentar é um fenômeno arraigado que abrange diferentes formas de privação, incluindo a falta de acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes e saudáveis. Esses dados destacam a necessidade urgente de ações e políticas que abordem as causas subjacentes da insegurança alimentar, como desigualdades socioeconômicas, acesso limitado a recursos, e outros fatores que contribuem para a vulnerabilidade alimentar.

Ainda que o país seja considerado o “celeiro do mundo” por ser um grande produtor agropecuário, muitas famílias precisam lutar para conseguirem alimentos suficientes e diversificados, destacando especialmente as figuras das mães e seus filhos. Essas mães notoriamente desempenham um papel de proteção e cuidado com suas crianças para além do afeto, e se desdobram de maneiras possíveis e impossíveis para garantir que seus filhos comam. Assim, é de extrema urgência a proteção do futuro, e simultaneamente agirmos para a transformação do presente. E a melhor representação dessa ambição temporal bivalente é o cuidado com as crianças, tendo em vista que cada uma contém em si a semente do amanhã, e que, para crescer e florescer, precisa ser bem nutrida e regada. Quando se fala em sustentabilidade, a noção comum é a associação da palavra com a preservação da natureza. O tema possui grande importância, e para que essa ação seja concretizada, em sua completude, existem os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Entre eles, o que trata da fome é o ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável, ou seja, para o mundo ingressar em um cenário de sustentabilidade de fato, este Objetivo precisa ser cumprido. A fome zero na nomenclatura é acompanhada de agricultura sustentável. Já é de consciência em diversos continentes, como a Europa e Ásia, que possuem países com divisões territoriais fragmentadas, onde o espaço para plantio é escasso, que a agricultura praticada para o abastecimento de insumos, com boa qualidade para seus habitantes, precisa ser advinda da base comunitária, familiar e orgânica, inclusive pelo potencial de conservação

das variedades disponíveis. Na Itália, entre Roma e Milão, é possível viajar por estradas observando as fazendas, do tamanho de casas comuns do Brasil, que concentram uma alta produtividade de frutas, legumes, hortaliças, assim como faziam muitos de nossos avós e bisavós. Já na Alemanha, os agrotóxicos mais significativos da indústria agrícola são banidos desde 2021. A topografia do Japão, cheio de ilhas e montanhas, forçou o arquipélago japonês a usar os mais fortes pesticidas e fertilizantes químicos para que todos tenham acesso aos alimentos, que eram em grande maioria ultraprocessados. Atualmente esse relato cede espaço para 30% de produção orgânica em todo o país.

A América Latina, no entanto, em sua origem ancestral, já possui todas as fundamentações para essa prosperidade desejada. Temas que tratam dos povos originários e das comunidades tradicionais para com suas relações com a terra, são tópicos que floresceram, especialmente na Bolívia e no Equador. No Brasil, a agricultura ecológica sempre esteve presente na vida dos povos indígenas, que transmitem os conhecimentos para a coexistência dos seres humanos e a floresta em pé, entre gerações e outras comunidades, como formas de garantir suas existências. Ainda, com toda essa tradição, esse modelo produtivo da agricultura orgânica entra em discussão acadêmica desde os anos 70, com um legado de pesquisadores e professores que construíram trajetórias defendendo a relação harmoniosa entre a sociedade e o meio ambiente, mostrando claramente a possibilidade de lavouras produtivas e livres de pragas, com práticas mecânicas e biológicas naturais de manejo. E aqui demonstra-se que tudo isso é possível aplicado ao ambiente escolar com a saúde, desenvolvimento e boa nutrição das crianças em perspectiva, associando agricultores, professores, cozinheiros, nutricionistas, médicos, coordenadores e diretores pedagógicos, como também os agentes públicos que permeiam as políticas alimentares.

Estes fatos supracitados também nos revelam uma característica significativa da Agenda 2030, a interdisciplinaridade entre seus pontos. Sendo assim, para que a fome seja erradicada, em toda sua magnitude, especialmente na infância, é preciso compreender que não é mera coincidência que o Objetivo que se refere ao assunto está ao lado dos ODS 3 - Saúde e Bem-Estar e o ODS 4 - Educação de Qualidade, justamente porque abrigam, dentro de suas várias metas, indicadores que precisam ser trabalhados de maneira conjunta para serem alcançados, ou seja, eles estão lado-a-lado pois caminham de mãos dadas. À medida em que a fome é endereçada, as pessoas conseguem romper a força limitante imposta por ela e, consecutivamente, ficam aptas a aprenderem, ensinarem, e também a atuarem de forma democrática na construção desse futuro desejado e urgente.

Ao entrelaçar a fome, a saúde e a educação, Paulo Freire se faz presente. No campo da educação libertadora e transformadora, o educador apresenta, nas diversas realidades possíveis, o conceito do "inédito-viável", uma ideia revolucionária em que a aprendizagem transcende as fronteiras da educação e se estende à complexidade da vida. O educador, quando propôs o conceito, dialoga sobre utopias concretizáveis, esperanças viáveis e realizáveis. Para ele, as condições sociais podem melhorar por meio da ação educadora e coletiva, como também por meio da reflexão crítica, indicando que a mudança começa ao sonhar com uma visão de um mundo mais justo, de plena participação social e onde as crianças cresçam saudáveis, seguras e bem-aventuradas.

A lei nº 16140/15 foi fruto de um movimento da sociedade civil, decretada em 05/04/2016 (decreto 56.913/16) e versa sobre a obrigatoriedade de inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar no Sistema Municipal de Ensino. Ela nasceu da demanda da sociedade dentro da Câmara de Vereadores para garantir que as crianças da cidade de São Paulo pudessem receber uma alimentação sustentável e segura dentro dos equipamentos escolares, que são espaços bastante reconhecidos de garantia de direito humano à alimentação e nutrição adequadas (DHANA).

A lei contou com diretrizes e metas progressivas para que todas as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino forneçam aos seus alunos alimentos orgânicos ou de base agroecológica, com o prazo de 11 anos após o seu decreto em 2016. Para monitorar e aperfeiçoar a implantação e a implementação do plano foi constituída, por meio de uma portaria (portaria nº 007/16) envolvendo as secretarias municipais de Educação, do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, da Saúde e do Verde e Meio Ambiente, uma comissão Inter secretarial com participação de 2/3 da sociedade civil.

A cidade de São Paulo conta com mais de 3000 equipamentos de Educação Infantil que atendem em torno de 290 mil crianças de até 3 anos e 11 meses. Atualmente existem 4 formas de gestão desses equipamentos e que incidem na forma de aquisição dos alimentos: Centralizada: a entidade executora é responsável por todas as fases de operacionalização do programa;

Semi-Descentralizada: a entidade executora adquire os alimentos não perecíveis e os distribui para as escolas, e repassa o recurso financeiro para que possam adquirir os gêneros alimentícios perecíveis;

Descentralizada ou escolarizada: a entidade executora transfere os recursos financeiros para a unidade executora (geralmente a escola) da sua rede de ensino, que operacionaliza o programa;

Terceirizada: quando a entidade executora contrata empresa especializada em alimentação escolar para operacionalização parcial ou total do programa.

A maior parte dos equipamentos, mais de 2000, são da rede parceira e, portanto, operacionalizam a aquisição dos alimentos perecíveis. É o caso do Centro de Educação Infantil (CEI) CREN. Durante a permanência diária, as crianças recebem 5 refeições: desjejum, colação, almoço, lanche da tarde e jantar.

No contexto urgente proteção da infância, a Lei Escola + Orgânica, ou Lei de Orgânicos na Alimentação Escolar do Município de São Paulo (Lei 16140/15), dispõe sobre a inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de São Paulo. A Lei é resultado de muito trabalho e articulações da sociedade e poder público, e incontáveis atores foram envolvidos em papéis cruciais para que ela pudesse ser promulgada em 2015 e regulamentada em 2016. Ela marca um avanço no combate à desnutrição, apresentando mudanças de paradigmas significativos pela sustentabilidade e na promoção do acesso a um dos principais direitos básicos humanos.

A trajetória que contribuiu com o contexto dessa Lei tem início em movimentos que remetem aos anos 2000. Ainda na primeira década do século XXI, mais precisamente em 2006, para além da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA),

surge o primeiro marco legal federal sobre a alimentação escolar contemporânea. A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), ou Lei nº 11.346/2006 torna-se pioneira ao criar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formula e implementa políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada. Como avanço da discussão, em 2009, surge a Lei do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ou Lei 11.947/2009, que reforça que a alimentação escolar é um direito garantido. O PNAE é considerado como importante conquista na luta pela segurança alimentar e nutricional das crianças e adolescentes, e é também estratégico na estruturação de redes de abastecimento, onde 30% dos recursos do programa são especificamente destinados à compra direta de alimentos da agricultura familiar.

No município de São Paulo, o percurso é ativamente marcado pela sua comunidade. Como exemplo, o Instituto Kairós, que marca a força da sociedade na defesa da alimentação escolar, conhecido por sua dedicação à educação para o consumo responsável, promovendo novas práticas de Produção, Distribuição, Comercialização e Consumo Responsáveis (PDCCR), passou a colaborar com redes dos setores público, privado e a Sociedade Civil Organizada, para a promoção de políticas públicas, associando-se aos trabalhos de comissões municipais. Com a promulgação da Lei Escola + Orgânica em 2015, originou-se a Comissão Gestora da política pública de inserção de alimentos orgânicos e de base agroecológica na alimentação escolar municipal de São Paulo, composto por vários entes, desde conselhos como o Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE), o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN), o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CDRSS) e o Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz de Pinheiros (CADES/Pinheiros), como também representantes individuais e os poderes executivo e judiciário. O papel do coletivo, então, foi da regulamentação dessa política para que ela possa se propagar de acordo com os melhores interesses de todas as partes envolvidas e impactadas por esse processo.

Entre esses entes, em formação contemporânea, destaca-se o Centro de Recuperação e Educação Nutricional (CREN). Fundado oficialmente em 1993, o CREN conta com uma vasta experiência combatendo a desnutrição infantil, seja na capital paulista ou até em seu capítulo no Alagoas. Essa experiência torna a instituição uma referência na tecnologia social envolvida nesse combate, que por sua vez, passou a envolver a educação de forma crucial, coordenando o seu centro de educação infantil associado diretamente ao semi-internato para recuperação nutricional em São Miguel Paulista. Dado todo esse histórico, a atuação da instituição foi firme perante a crise humanitária da Covid-19 instaurada entre 2020 e 2022, especialmente na Zona Leste paulistana. Foi observando as crianças sem frequentar a escola e sem as refeições cotidianas seguras, seus familiares sem emprego e as produções da agricultura familiar serem descartadas, em meio ao fechamento total obrigatório, que o projeto Cultivando Horizontes se tornou uma ferramenta poderosíssima para a promoção de esperança e de cuidados, como saúde, bem-estar e inclusive desenvolvimento econômico durante esses acontecimentos devastadores.

O Cultivando Horizontes apresenta soluções simples para problemas complexos. Já que as crianças não estavam se alimentando na escola, e o recurso para a compra de alimentos

escolares havia sido mantido, a proposta foi da construção de pontes. Pontes entre os produtores agrícolas, a escola e as famílias. Por meio da distribuição de cestas de alimentos orgânicos, a proposta foi escoar a produção de alimentos e manter as crianças e famílias nutridas dada essa articulação. Fácil assim apenas em texto. Um dos principais desafios do projeto foi mapear os agricultores urbanos da região, fazendo com que o CREN procurasse no Instituto Kairós o apoio para essa atividade. Essa parceria, operacionalizada pelo Centro, resultou na construção de uma comunidade forte e resiliente conectando diversas organizações e pessoas ao redor da instituição.

Essa experiência também reverberou, coletando dados e recursos tecnológicos que mais uma vez referenciaram a instituição. A partir de 2021, então, o CREN foi protótipo da Lei 16140/15, gerando assim este instrumento para que escolas públicas possam compreender sua importância e também seguir as orientações e vivências aprendidas neste processo, consonante à regulamentação decretada em 2016. O projeto sistematizou o processo de compra de frutas, legumes e verduras (FLV) orgânicos ou de base agroecológica, para alimentação escolar, com a utilização dos recursos públicos destinados ao per capita para a compra da chamada “feira” (recurso direto que os CEIs recebem para a compra desses alimentos) e converter essa experiência em um instrutivo para gestores de CEIs parceiras. Intitulado CREN + Orgânico, uma alusão ao projeto Escola + Orgânica, contou com profissionais do CREN que, para além das práticas diárias, também participaram de espaços de diálogo que foram de fundamental importância para o resultado desta obra. Convidamos a leitura desse material, onde são apresentados os relatos dos principais pontos na rotina de um CEI conveniado na implementação dessa importante iniciativa, e como as pessoas envolvidas no processo vivenciaram essa experiência.

Portanto, esta publicação colabora com a comunidade escolar na implantação da lei municipal 16140/15, que versa sobre a inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de São Paulo, ao fazer um convite para conhecer algumas pessoas que fizeram parte do projeto e de como elas viveram essa experiência.

### 3. Objetivos

- 3.1 Objetivo geral
- Sensibilizar e instruir o Sistema Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo sobre a nutrição escolar orgânica e agroecológica
  
- 3.2 Objetivos específicos
- Analisar de modo sistêmico o papel e a contribuição do Design no desenvolvimento de territórios criativos, bem como seu impacto;
- Realizar estudos de reconhecimento e experimentais utilizando-se da revisão narrativa, análise de documentos, entrevistas semiestruturadas e pesquisas;

- Referenciar métodos e processos do Design para sistematizar a elaboração de produtos culturais sustentáveis;
- Contribuir com a identificação e avaliação do impacto social, econômico e ambiental no setor cultural;
- Mapear a identificar o arranjo produtivo local do CREN;
- Captar relatos de memória oral e registros fotográficos;
- Produzir atividades de experimentação gráfica e artística para registrar a perspectiva das crianças envolvidas;
- Editar e distribuir 3200 exemplares de livro fotográfico;
- Avaliação de resultados alcançados por indicadores.

#### 4. Revisão de literatura

Papanek (1971) atribuía aos designers a responsabilidade social em projetos, otimizando recursos e preocupando-se com o ciclo de vida de suas produções, partindo da fabricação acelerada de bens de consumo, com indicações críticas acerca de qualidade, funcionamentos e promessas de melhorias muitas vezes cosméticas, junto a uma projeção de futuro árduo.

Desde então, diversos pesquisadores (Margolin, 2002; Heller e Vienne, 2003; Kazazian, 2005; Manzini, 2015) elaboraram tanto análises sobre o status quo que se deseja mudar, considerado como o paradigma dominante que reflete as crises múltiplas sociais, ambientais e econômicas, como também sobre o cenário ideal que se deseja, esse por sua vez composto por um conjunto de paradigmas emergentes. Isso também inclui os meios, métodos e processos do Design para o alcance dessa nova realidade.

A relação entre cultura e consumo também é discutida por McCracken (2007), investigando os diferentes movimentos de significação dos produtos e como eles elaboram identidades culturais. Os movimentos seguem um trajeto específico, que se inicia no deslocamento do significado do mundo culturalmente constituído aos bens de consumo, e depois desses bens ao consumidor individual. Segundo ele, vários fatores são responsáveis por esse movimento, incluindo o design, que deve ser compreendido como um projeto social.

Bonsiepe (2011) adiciona o importante papel da cultura para a transformação social e sustentável, compreendendo que o designer influencia o conjunto de comportamentos, normas e tradições da sociedade na fabricação de produtos, revelando que esse meio também influencia o designer. Bonsiepe argumenta que, ao longo do século XX, esse ciclo vicioso revelou severas crises múltiplas no tecido social tendo em vista que o design frequentemente se desviou de sua função social e crítica, focando em aspectos superficiais e comerciais, propondo o resgate dessas funções com a criação de uma ciência do design, enfatizando a necessidade de pesquisa e desenvolvimento teórico.

No contexto brasileiro, Ono (2004) aborda a interseção entre design industrial e o campo da cultura, especificamente a diversidade cultural, ao enfatizar a importância da harmonia desses elementos no desenvolvimento de produtos para a sociedade com estudos feitos

em setores industriais de grande impacto no Brasil. A autora destaca como os designers enfrentam novos desafios em um cenário marcado pela globalização, onde a interpretação precisa dos requisitos simbólicos, funcionais e técnicos dos produtos põe em evidência a manifestação da diversidade cultural no design industrial. Ono, McCracken e Bonsiepe demonstram que a relação entre design e cultura exerce influência direta nos modos de vida da sociedade, pautando especialmente o consumo e as relações interpessoais como fatores das disparidades sociais e crises múltiplas, como campos de trabalho, podem contribuir para a divulgação dos paradigmas emergentes, a depender da natureza e da intenção aplicada ao ato projetual.

Métodos e processos do Design, tanto no campo acadêmico como mercadológico, foram aplicados e avaliados em 10 estudos experimentais de projetos de impacto social (Melara, 2023), durante a pandemia de Covid-19. Os projetos consistiam no desenvolvimento de produtos com o objetivo de promover o impacto social em causas ligadas aos indicadores dos 17 ODS, como projetos editoriais sobre a questão do cuidado ao idoso, segurança alimentar e familiar infantil, pandemia climática, acolhimento aos refugiados, letramento científico e democracia. Os projetos tiveram suas elaborações referenciadas, e em análise posterior, notou-se que essas e outras iniciativas, consideradas como criativas, conectaram-se em rede com o objetivo de atender demandas diversas dessas comunidades, fortalecendo os territórios e promovendo boas práticas.

Esses projetos sustentáveis de Design, ao atuarem no território, estimulam a transição dos paradigmas de forma articulada, estabelecendo uma rede intensa de criação e colaboração. Essa rede, que se estabelece entre os atores presentes, aponta a complexidade própria do Design Sistêmico, que, segundo Pêgo e Oliveira (2014), no caso da Estrada Real, promove o campo socioeconômico, a valorização do território e o resgate das culturas locais. O Design Sistêmico, segundo os autores, estuda a integralidade do sistema foco, de modo holístico sobre o contexto e suas relações. Desse modo, compreende-se que o entendimento sistêmico do território é fundamental para o fortalecimento dessa rede, considerando-o como o espaço ocupado por uma comunidade que se relaciona, convive com problemas e benfeitorias similares e formam uma unidade em seu próprio contexto.

## 5. Desenvolvimento

A metodologia utiliza uma abordagem multidisciplinar da pesquisa em Design, que combina revisão narrativa de literatura, estudos de reconhecimento, estudos experimentais e análise de dados através de entrevistas semi-estruturadas e pesquisas qualitativas e quantitativas. A construção das análises utiliza ferramentas do Design Sistêmico.

Foi acompanhando o Cultivando Horizontes e o CREN + Orgânico, 2 projetos piloto que precederam o livro, onde foi possível observar essa proximidade habitável, intencional e diversa em funcionamento. Um sistema alternativo local criado para enfrentar, no ano de 2020, o grave problema da fome e do abastecimento, em que agricultoras eram obrigadas a descartar alimentos preciosos, enquanto as famílias passavam dias sem ter o que comer.

Essa experiência, liderada pelo Cultivando Horizontes, gerou o convite para o CEI CREN ser o piloto da lei 16140/18 de São Paulo que havia sido promulgada em 2017, da inclusão integral de alimentos orgânicos na alimentação escolar, aprofundando a distribuição de cestas de orgânicos para uma mudança completa na rotina escolar, do fornecimento ao desenvolvimento das crianças. O resultado dessa articulação, que une família, escola, comunidade, produtores e crianças, por meio da educação, representada aqui pelo CREN enquanto espaço que acolhe toda a comunidade, resultou em um caso que é analisado por meio de um material que se torna um instrumento para guiar a transição de ao menos 3.000 centros de educação infantil para essa realidade possível.

A fim de compreender a totalidade dessa experiência de prototipação da lei, como uma análise panorâmica, o arranjo relacionado ao caso do CREN + Orgânico foi mapeado, identificando desde as crianças até a administração, as agricultoras, as cozinheiras, as funcionárias, as mães, os parceiros, as professoras e os profissionais da saúde e nutrição como principais atores dessa rede. Para a coleta de registros das experiências das crianças, com idades entre 2 e 6 anos, sobre a transformação dos orgânicos em suas vidas, as atividades pedagógicas foram utilizadas sob a perspectiva dos desenhos e fotografias como marcas sociais de infâncias, reconhecendo o exercício da criatividade por meio da expressão gráfica como de rico valor para a obtenção de documentações importantes de suas memórias e experiências. Em ambos os casos é importante citar que a orientação principal é a da não-interferência, ou seja, não influenciar a percepção deste grupo com a infantilização ou compartilhamento de vieses condicionados pelos facilitadores das atividades.

Na questão dos desenhos, o caminho utilizado foi o da monotipia botânica feita com as PANCs, que ilustram o livro. As crianças escolhiam suas plantas e vegetais favoritos, como o peixinho, a capuchinha e a azedinha, e também partes de alimentos como as cascas de milho e de banana, essa última representando uma receita que se destacou, levando o coração da bananeira na composição. Sobre as fotografias, as crianças receberam aparelhos celulares tanto no modo de gravação de vídeos, como também de fotografias contínuas, a fim de registrar seus olhares no evento de chegada do suprimento semanal de orgânicos, trazidos pela Vizinha, agricultora integrante das Mulheres do G.A.U. Esses materiais também foram editados para compor e ilustrar o livro em questão.

Para a coleta de relatos, 15 entrevistas semiestruturadas foram conduzidas, com perguntas que estrategicamente partem de um campo de investigação sensível, como os retratos e lembranças da infância, até o tempo presente em questões mais técnicas, especialmente acerca do primeiro contato com a inclusão de orgânicos no CREN e o que a adequação trouxe de melhorias para a instituição, finalizando com dicas para leitores que vivenciam a mesma situação. Essas entrevistas geraram fotografias espontâneas, que ilustram o projeto editorial do instrutivo, e produções audiovisuais, como a gravação de áudio e de vídeos.

Considerando o projeto gráfico e editorial, a cianotipia tomou a frente. Uma técnica de revelação de fotografias de forma artesanal, utilizando uma solução fotossensível de ferricianeto de potássio e o citrato férrico amoniacal aplicada ao papel Hahnemühle de 220g/m<sup>2</sup>. Ao secar, o negativo da fotografia desejada, impresso em acetato, é posicionado sobre o papel, e os dois elementos são dispostos entre dois vidros, um embaixo e outro em cima, para garantir a aderência do acetato ao papel. Esse “sanduíche” é exposto à luz solar

direta ou luz negra, sendo que neste caso foi utilizado um refletor de luz negra de 300w de potência, durante 20 minutos contados. Após a exposição, o papel é lavado por 10 minutos para a remoção da parte amarelada da solução, deixando apenas gravado o azul ciano. Em suma, essa técnica foi particularmente escolhida por se tratar de algo necessário ser exposto à luz para que possa existir em sua plenitude, que em sua poesia dialoga diretamente ao trabalho empenhado para fazer florescer o CREN, a horta comunitária, a produção das Mulheres do G.A.U., as crianças e todos os envolvidos nisso que foi testemunhado.

## 6. Considerações

Uma das principais características do design é a necessidade de ler o seu tempo, compreendendo necessidades e soluções que estejam diretamente relacionadas ao universo dos usuários de suas soluções. Na contemporaneidade, esses usuários devem ser compreendidos enquanto pessoas reais, e essas soluções devem avançar para problemas cada vez mais complexos que devem ser compreendidos de modo sistêmico.

Além das reflexões sobre a produção dos artefatos em si, também é questionado pelo design todo o sistema que esse objeto impacta (e também é impactado por). Contudo, como solução, a simplicidade e o retorno às origens são pontos de referência, concomitantes ao avanço das tecnologias, inclusive as sociais. Ao fazer e refazer essas perguntas, propõe-se o fio condutor criativo para grandes problemas sistêmicos.

Essas relações se estabelecem como uma teia, que afere diferentes níveis de responsabilidade, desde o objeto em si ao pertencimento a um grandioso sistema, feito por sua vez de outros sistemas, como também consideram-se as responsabilidades do indivíduo, da comunidade, da cidade, do estado, do país e de todo o globo. Essa analogia auxilia a compreensão da nossa sociedade como esse organismo, feito de diversas outras organelas, como Manzini propõe para leitura, enquanto o designer como projetista deve endereçar essas questões complexas em seu devido recorte.

Atualmente esse organismo vive em um cenário de sindemia, que pode ser considerado como ponto A. Esse ponto A como status quo, ou seja, o paradigma dominante em se insere a sociedade, reflete diversas pandemias acontecendo simultaneamente, onde todas estão de alguma forma relacionadas, dividindo causas. Separando por setores, são apontadas as da área da saúde, como a pandemia da desnutrição, considerando a subnutrição e a obesidade, como é o caso que aborda essa publicação, como também são consideradas as virais, a pandemia climática e grandes crises, como a fome, a pobreza, a violência, a má educação, as desigualdades de todas as formas e mais problemas graves que assolam nosso século, previstos essencialmente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, também debatidos pela interface dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável previstos pela Agenda 2030. Em ressonância aos paradigmas dominantes que ameaçam a perenidade da vida humana no planeta, temos o desejado ponto B, ou os paradigmas emergentes. Estes paradigmas, são aqui tomados como os modos de vida que permitem a harmonia entre a natureza, essa em toda sua magnitude, e os seres humanos, sem distinção. Esses paradigmas emergentes

são resultados das combinações da ancestralidade com o avanço da ciência e tecnologia, aplicados às necessidades humanas, considerando o preenchimento das potencialidades dos indivíduos, a democratização do acesso aos bens e serviços disponíveis e a plena participação social. Essas ações também são hierarquizadas mediante o nível de responsabilidade da solução, e essencialmente tem início no âmbito dos indivíduos, catalisadas por coletivos até a esfera dos governos, que atuam pela demanda popular, caracterizando-se assim como um movimento que acontece de baixo para cima.

Por essas características, compreende-se que não é uma grande ação que tem o potencial de levar o mencionado organismo do ponto A para o ponto B. A mudança acontece à medida que vários pontos focais que representam o novo cenário, o ponto B, se conectam. A conexão entre os pontos B fomentam a substituição dos paradigmas dominantes pelos emergentes, gradualmente forçando essa nova realidade para o organismo, que neste caso é a Terra. Em termos práticos, no nível de responsabilidade do indivíduo, a critério de exemplo, é reciclar ao invés de descartar incorretamente os resíduos. É comprar ou fazer um móvel de materiais de reuso ao invés de madeira nobre. Essencialmente, é fazer escolhas sustentáveis e conscientes de seu impacto, incentivando outras pessoas a realizarem o mesmo.

Já as comunidades e o governo possuem o papel de se organizarem, reconhecendo as lideranças locais e as políticas públicas em uma perspectiva de globalismo localizado, propondo as cidades de 15 minutos como referência para a organização social. Essa forma de organização, que parece simples, propõe que cada indivíduo possa realizar todas as suas atividades fora de casa em uma distância percorrida em até 15 minutos de bicicleta ou caminhando. Isso requer que as cidades e as comunidades sejam diversas com a oferta de serviços múltiplos, que as pessoas morem perto de onde trabalham, que a escola seja próxima, aparelhos culturais e de saúde, e mais, inclusive o sistema de produção e abastecimento de alimentos. Esse grande ponto B é chamado por Manzini (2024) de proximidade habitável, recuperando este conceito de proximidade, mas propondo o acontecimento dela partindo de comunidades intencionais, onde os seus integrantes a compõem por livre e espontânea vontade, não por decisões econômicas, que sejam diversas como supracitado, e que devem compreender o hibridismo entre o físico e o digital.

Portanto, considerando a abordagem sistêmica, o design pauta tanto a construção dos artefatos e dos serviços que atendam os critérios dos pontos B desejados, como também na propagação dessas novas possibilidades, criando e fomentando as conexões e os casos de êxito nessa mudança de panorama, ou seja, o design deve compreender a divulgação e a comunicação como projetos fundamentais na promoção dessa mudança.

Os materiais obtidos trouxeram a consolidação de algo que já é perceptível ao estar em um ambiente de partilha. O fortalecimento dos indivíduos e dos laços em todo esse arranjo proposto, é refletido na fala de cada entrevistado e de cada gravura. Em todos os relatos, percebe-se que a revolução dos orgânicos dentro dos CEIs só traz benefícios. O impacto financeiro no entorno da escola é significativo, o repertório de receitas e sabores é ampliado, a saúde e a qualidade de vida das crianças e das famílias recebem uma melhora significativa e os valores de comunhão e comensalidade são propagados.

Ainda sobre o entorno, estes aparelhos se conectam com vários outros na mesma região, e em um diálogo mútuo de fortalecimento, todo o bairro passa por melhorias em diversos

setores, no que diz a pauta do desenvolvimento local. Também é perceptível que a jornada não é simples e não acontece de um dia para o outro. Por isso, o instrutivo tem como razão a propagação desse experimento em todos os seus âmbitos, compartilhando soluções para questões que possam se apresentar, em uma comunidade formada por escolas comprometidas com a saúde e o desenvolvimento de suas crianças, que atuam em um complexo sistema alimentar, apoiando a transição do ponto A para o ponto B, da proximidade habitável e do alcance de uma sociedade sustentável, justa e equânime.

## Notas

1. Brasil. Instrução Normativa MinC Nº 13, de 5 de Junho de 2024. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 jun. 2024. Seção 1, p. 19. Disponível em: <https://bit.ly/45EXuFX>. Acesso em 30/05/2024.
2. Disponível em: <https://bit.ly/3L2m6yT>.

## Referências

- BISTAGNINO, L.; CAMPAGNARO, C. (2014). Systemic Design. In: Michalos, A.C. (org.). Encyclopedia of Quality of Life and Well-Being Research. Dordrecht, Holanda: Springer.
- BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Diário Oficial da União. Brasília, DF. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8313cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm).
- BRASIL. Ministério da Cultura. (2011). Plano da Secretaria da Economia Criativa: Políticas, Diretrizes e Ações (2011-2014). Ministério da Cultura, <https://bit.ly/4ePkki7>.
- HELLER, S.; VIENNE, V. (Org.). (2003). Citizen designer: perspectives on design responsibility. Allworth Press.
- KAZAZIAN, T. (2005). Haverá a idade das coisas leves. Editora Senac São Paulo.
- MANZINI, E. (2018). Emerging design in the transition phase. In: 10 anos do programa de pós-graduação em design da Unisinos, 03, 2018. Unisinos. <https://bit.ly/45N0G29>.
- M\_\_\_\_\_, E. (2023). Políticas do cotidiano. Editora Blucher.
- M\_\_\_\_\_, E. (2024). Proximidade habitável: ideias para a cidade que cuida. Editora Blucher.
- MARGOLIN, V. The politics of the artificial: essays on design and design studies. University of Chicago Press.
- MCCRACKEN, G. (2007). Cultura e consumo: uma explicação teórica da estrutura e do movimento do significado cultural dos bens de consumo. Revista de Administração de Empresas, vol. 47, (1), 99–115. <https://bit.ly/4couCnW>.
- MELARA, L. (2023). O designer como agente de transformação social: processos e relações em projetos contemporâneos. 152 p. Dissertação (Mestrado em Design). Programa de Pós-graduação em Design da Universidade Estadual Paulista.

- MOURA, M.; PORTUGAL, C.; RODRIGUES, C. D.; GUIMARÃES, M.; NUNES, V.; PEREZ, I.; ROMANO, R.; TORRES, M. A.; MAGRO, J. (2021). Design contemporâneo para além do design, o humanismo. In: ANDRADE et. al. *Ensaios em design*. Editora Canal 7.
- OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL. (2023). PIB da economia da cultura e das indústrias criativas: a perspectiva das unidades federativas. <https://bit.ly/3L2m6yT>.
- ONO, M. (2004). *Design industrial e diversidade cultural: sintonia essencial. Estudos de casos nos setores automobilístico, moveleiro e de eletrodomésticos no Brasil*. 1200 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- PAPANEK, V. (1973). *Design for the real world: human ecology and social change*. Bantam Books
- PÊGO, K.; e MIRANDA, P. (2015). Design sistêmico: relações entre território, cultura e ambiente no âmbito da Estrada Real. *Strategic Design Research Journal*. v. 7, (3), <https://bit.ly/3W2VzYy>.
- SOUSA, C. S. M.; BARATA, T. Q. F. (2023). Valorização de resíduos lenhosos provenientes do manejo arbóreo: Contribuição à gestão para a sustentabilidade no Campus Armando Salles de Oliveira da Universidade de São Paulo - 2021 a 2022. Relatório técnico final de projeto aprovado em edital da Superintendência de Gestão Ambiental (SGA). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAUUSP, <https://sites.usp.br/podalab/publicacoes/>.
- SWINBURN, B.; et al. (2019). A Sindemia Global da Obesidade, Desnutrição e Mudanças Climáticas: relatório da comissão Lancet. 2019. *THE LANCET*, <https://bit.ly/3ROvA4o>.

---

**Abstract:** This text presents an Editorial Design project that uses a systemic approach to promote resilient food systems, in line with the fight against child malnutrition. The project recognizes the concept of the Global Syndemic, which associates the pandemic of malnutrition, climate change, and others by sharing triggering and solution factors. The editorial project uses oral memory, photography, cyanotype, and monotype to raise awareness and consciousness about organic and agroecological food. The project aims to raise awareness in the education system of São Paulo about organic and agroecological school nutrition, benefiting 3,200 public schools and aligning with the UN Sustainable Development Goals.

**Keywords:** Culture; Systemic Design; Social Design; Proximity; Territory.

**Resumo:** Este texto apresenta um projeto de Design Editorial que parte de abordagem sistêmica para a promoção de sistemas alimentares resilientes, em consonância com o combate à desnutrição infantil. O projeto reconhece o conceito de Sindemia Global, que associa a pandemia da desnutrição, climática e outras por dividirem fatores de deflagração e solução. O projeto editorial utiliza a memória oral, fotografia, cianotipia e monotipia a fim de sensibilizar e conscientizar acerca da alimentação orgânica e de base agroecológica.

O projeto visa sensibilizar o sistema educacional de São Paulo para uma nutrição escolar orgânica e agroecológica, beneficiando 3.200 escolas públicas e alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

**Palavras-chave:** Cultura; Design Sistêmico; Design Social; Proximidade; Território.

[Las traducciones de los abstracts fueron supervisadas por el autor de cada artículo.]

---